

A DESMUNDANIZAÇÃO COMO PROJETO TOTALITÁRIO DE SOLIDÃO ORGANIZADA*

Giovane Rodrigues Jardim

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul,
campus Erechim

Renata Ovenhausen Albernaz

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: A investigação de Hannah Arendt sobre as origens do Totalitarismo permanece atual, sobretudo para digressões sobre os recentes acontecimentos políticos no continente americano. Sua análise dos movimentos e dos Regimes Totalitários, do Nazismo e do Stalinismo, aponta para a compreensão dos campos de concentração como experiências de “domínio total” do humano, enquanto condição cientificamente controlada que tentou tornar possível a eliminação da espontaneidade, mas também, enquanto modelo social perfeito para o domínio em geral. Sua elaboração possibilita refletir sobre a permanência e o reaparecimento do totalitarismo enquanto resposta ilegítima a problemas de nossa época, da sua ideologia e assunção ao governo por meio da propaganda e do terror na manutenção do isolamento dos indivíduos e na organização de sua solidão. A ideologia, a mentira na política, as notícias falsas, que caracterizam hodiernos “tempos sombrios”, contextualizam a atualidade da reflexão de Arendt, com as devidas ressalvas históricas. Este estudo propõe uma digressão para pensar a Sociedade Brasileira e o ofuscamento do seu âmbito público a partir da perspectiva da liberdade, refletindo assim sobre a desmundanização e sobre a solidão organizada como novos desafios aos leitores de Arendt frente aos novos espaços-entre de separação e de relacionamento dos seres humanos no mundo.

Palavras-chave: Pluralidade, mundo comum, totalitarismo, liberdade, solidão organizada.

Abstract: The research by Hannah Arendt on the origins of Totalitarianism remains current, especially to think about recent political events on the American continent. Its analysis of movements and Totalitarian Regimes, of Nazism and Stalinism, makes it possible to understand the concentration camps as experiences of total human control, in a scientifically controlled condition that makes it possible to eliminate spontaneity, but also in a perfect social model for the domain in general. Its elaboration makes it possible to reflect on the permanence and reappearance of totalitarianism as an illegitimate response to problems of our time, its ideology and assumption of the government by means of propaganda and terror in the maintenance of isolation of two individuals and the organization of their solidification. An ideology, a lie to politics, the false news, which characterize today's gloomy times, contextualize the current reflection of Arendt, as well as historical lives. This study proposes a digression to think about Brazilian Society and the

* O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS).

obfuscation of its public sphere from the perspective of freedom, thus reflecting on deworldization and organized loneliness as new challenges for Arendt's readers in the face of new "in-between" spaces of separation and relationships of human beings in the world.

Keywords: Plurality, common world, totalitarianism, freedom, organized loneliness.

Introdução

*Eu vivo em tempos sombrios.
Uma linguagem sem malícia é sinal de estupidez,
uma testa sem rugas é sinal de indiferença.
Aquele que ainda ri é porque
ainda não recebeu a terrível notícia.*
(BRECHT, 2006)

Acompanhamos os acontecimentos sociais e políticos deste início de século e nos distanciamos cada vez mais temporalmente das atrocidades e do Holocausto que marcou a História, a memória e o esquecimento, daqueles que os presenciaram, pois pouco a pouco vamos perdendo-os da convivência no mundo. Embora nunca tenha sido fácil recordar o que representaram os movimentos totalitários para a pluralidade humana, corremos o risco de perder de vista que enquanto solução equivocada a problemas de nossa época, tais movimentos não tiveram seu fim com o término dos regimes de exceção que os instauraram, bem como, a superação desses regimes não trouxe soluções para os problemas que oportunizaram o seu florescimento no passado. Nesse sentido, torna-se oportuno questionar se os atuais movimentos de ofuscamento do âmbito público, de ataque à diversidade cultural e humana, de retrocesso quanto aos direitos humanos, significam algo novo ou o *continuum* de um projeto de domínio do mundo comum e humano fracassado, mas ainda não superado.

Hannah Arendt (1906-1975) enquanto pensadora da política, procurou compreender os acontecimentos do século passado e da barbárie no mundo humano a partir da investigação sobre as origens do ofuscamento do âmbito público. Sua reflexão sobre o Totalitarismo, ou mesmo sobre o julgamento de Adolf Eichmann, chocou seus leitores e a mídia pela sua recusa de uma abordagem superficial, de mera concatenação causal. Ela investigou as origens desse fenômeno, questionou as condições históricas que, no passado, abriram espaço para a ascensão de correntes subterrâneas, que pela organização das

massas¹ tornaram possível uma sociedade que transformou a “personalidade humana numa simples coisa, em algo que nem mesmo os animais são” (ARENDDT, 2013, p. 582).

Arendt, na obra *Homens em Tempos Sombrios* (2008, p. 8) afirma algo que possibilita estabelecer uma analogia com a realidade brasileira que, hodiernamente é marcada por um “discurso que não revela o que é, mas o varre para sob o tapete, com exortações, morais ou não, que, sob o pretexto de sustentar antigas verdades, degradam toda a verdade a uma trivialidade sem sentido”. Nesse sentido, a presente investigação propõe delinear a compreensão de mundo na obra de Arendt enquanto comum e humano, bem como as perspectivas para a alienação do mundo. Em outros termos, para o Totalitarismo enquanto um processo de desmundanização, despolitização, perda de sentido e de pertencimento ao mundo.

A leitura propedêutica de *Origens do Totalitarismo* e de *A Condição Humana* contextualiza os movimentos totalitários como resposta ilegítima a problemas de nossa época. Esses “tempos sombrios”² não são novos na História Mundial, tampouco na política brasileira; e não estão restritos ao estabelecimento de um Regime Totalitário³, como pretenderam o Nazismo e o Stalinismo. Porém, representam a permanência e o retorno de questões não resolvidas pela organização social moderna, sobrevestes da atomização e do isolamento dos seres humanos em indivíduos em uma sociedade massificada pela homogeneização de tudo e todos. Arendt possibilita, por meios de seus estudos, elementos teóricos e metodológicos no presente para a compreensão sobre os movimentos totalitários para além de dicotomias superficiais, bem como de uma análise das condições e das possibilidades para o estabelecimento de Regimes Totalitários na atualidade, e não o contrário, ou seja, como se o atual ofuscamento do âmbito público fosse o resultado de um regime totalitário estabelecido em nossa sociedade.

¹ O termo “massa” segundo Arendt (2013, p. 348), “só se aplica quando lidamos com pessoas que, simplesmente devido ao seu número à sua indiferença, ou a uma mistura de ambos, não se podem integrar numa organização baseada no interesse comum, seja partido político, organização profissional ou sindicato de trabalhadores.”

² Arendt toma emprestada a expressão do poema de Bertolt Brecht intitulado *An die nachgeborenen* (Para aqueles que nasceram depois) e afirma: “Os “tempos sombrios”, no sentido mais amplo que aqui proponho, não são em si idênticos às monstruosidades desse século, que de fato constituem uma horrível novidade. Os tempos sombrios, pelo contrário, não só não são novos, como não constituem uma raridade na história, embora talvez fossem desconhecidos na história americana, que por outro lado tem a sua bela parcela, passada e presente, de crimes e catástrofes” (ARENDDT, 2008, p.9).

³ Arendt diferencia o Fascismo do Totalitarismo, definindo o fascismo como a tomada de poder e a instauração da “elite” fascista no governo; o totalitarismo não se detém em um domínio externo, pois terroriza os seres humanos internamente. (ARENDDT, 2013, p. 455)

A presente investigação propõe tematizar, a partir da perspectiva da liberdade como exercício da política, sobre a desmundanização e a solidão organizada em “tempos sombrios” para a ação e o discurso. Procura-se pensar o Totalitarismo não como uma causalidade no sentido determinado, mas enquanto consequência possível em um mundo que deixa de ser humano e comum, e que assim, se perde o artifício para a singularidade e para a inter-relação entre humanos diferentes, plurais, mas capazes de diálogo e de compromissos estáveis. Propõe-se compreender o Totalitarismo como uma resposta ilegítima a problemas de sua época, e ineficiente na realização de seu domínio sobre o humano; o que, contudo, não significa que em nossa época não existam elementos impreteríveis para a sua instauração, como o isolamento e a solidão que resulta da atomização e da massificação da hodierna sociedade, e para a realização daquilo que em outro momento histórico não foi possível. A esta tarefa crítica dedica-se este ensaio que originalmente foi elaborado para exposição e debate no encontro comemorativo aos 10 anos do Grupo de Estudos Hannah Arendt (GEHAr) da Universidade Federal de Pelotas, realizado em setembro de 2019 na cidade de Pelotas/RS. Importa destacar, entretanto, que os autores optaram nesta publicação por não modificar nenhuma abordagem e/ou argumentação que afastasse esta elaboração daquele núcleo temporal e dos acontecimentos sociais e políticos a que faz referência, o que pode fazer do mesmo um pouco não tão adequado frente a realidade atual, mas não menos consciente de tratar-se de um empenho de compreensão daquele momento em específico.

1. Perspectivas sobre a liberdade

Arendt, embora possa ser considerada uma pensadora no horizonte do Iluminismo, não trata do tema da liberdade como um refúgio interior do sujeito, tampouco meramente como atributo individual no sentido positivo ou liberal. Ela aponta a liberdade como condição de possibilidade para a ação e a política. Mesmo sendo importante a distinção entre as esferas pública e privada, os assuntos políticos não possa ser o tema dominante em ambas as esferas como ocorre nos Regimes Totalitários: é no âmbito público (nomeado de mundo) em que cada homem pode ser “visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível” (ARENDR, 2003, p. 59) é que se torna possível a liberdade. Nesse sentido, para Arendt (2003, p. 62):

(...) o termo “público” significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida organizada. Antes, tem a ver com o artefato humano, como o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens.

Esta concepção de mundo comum como um “espaço entre” que separa e que estabelece relação, e nestes termos a convivência que gera a potencialidade para o poder, considera que a “pluralidade é a condição da ação humana porque somos todos iguais, isto é, humanos, de um modo tal que ninguém jamais é igual a qualquer outro que viveu, vive ou viverá” (ARENDDT, 2014, p. 10). Arendt insere a perspectiva da singularidade e, dessa forma, a igualdade como um artifício para tornar possível a convivência desses que em condições e possibilidades são diversos. Esse artifício surge sempre que há a convivência humana, e assim a imaginação e a consciência. Nesse contexto, somente no “domínio total” do humano, que significaria não o ofuscamento, mas a destruição do âmbito público, da possibilidade de convivência, é que na impossibilidade de ação e de pensamento, não se poderia falar em liberdade. Neste ponto, residiria a ilusão de todos os regimes ditatoriais e, também, do movimento totalitário.

Embora se possa caracterizar significativos distanciamentos de Arendt com as teorias de caráter hegelianas, há aproximações entre ela e Hegel no que se refere à concepção de um espaço público em termos de uma unidade concreta realizada pela diversidade de particulares. E nesse sentido, tanto a concepção de um espaço público, como a defesa da singularidade, aproximam Arendt de elementos presentes em Hegel, de forma que o âmbito público é entendido como o espaço entre os compromissos comuns e não para a realização dos interesses individuais. Entretanto, a sociedade da massa operacionaliza uma alienação e um conseqüente ofuscamento da linha tênue que protege não apenas cada humano, mas a existência de um espaço entre eles que torna possível o seu discurso e a sua ação. Nas palavras de Arendt (2014, p. 65):

O domínio público, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que caiamos uns sobre os outros, por assim dizer. O que

torna a sociedade de massas tão difícil de ser suportada não é o número de pessoas envolvido, ou ao menos não fundamentalmente, mas o fato de que o mundo entre elas perdeu seu poder de congregá-las, relacioná-las e separá-las.

Retornando à definição da igualdade como artifício que não objetiva apenas a proteção e a segurança do indivíduo isolado, mas fundamentalmente os sacrifícios necessários para a existência desse “entre”, exercício dos *Princípios da Filosofia do Direito*, de Hegel, Arendt também situa o âmbito público como espaço para a liberdade, distinguindo natureza e ação. Nesse sentido, “essa libertação é formal, pois o que continua a ser a base e o conteúdo é a singularidade dos fins” (HEGEL, 1997, p. 176). É importante destacar que o mundo como espaço comum para Arendt não é uma vontade alheia ou autônoma, diversa dos singulares, mas é a potencialidade que a convivência humana produz. Nesse sentido, Arendt diferencia a liberdade interna da externa, o que possibilitaria ainda distinguir a libertação de liberdade. O refúgio à liberdade interior, proposta por muitos pensadores como alternativa às restrições físicas, é identificada por Arendt, nesta interioridade, como um refúgio quando a liberdade não é possível em seu espaço próprio, ou seja, o espaço público. Sobre isso, destaca SCHIO (2006, p. 144) que “para que a liberdade ocorra, então, em seu sentido de liberdade externa, a presença dos outros indivíduos, possuidores de um estado semelhante de liberdade, ou seja, de igualdade. Então, não há liberdade na esfera da vida privada, em contraposição à liberdade na vida pública”.

Se o conceito de liberdade em Arendt implica em uma concepção sinônima de ação política, importa-nos pensar sobre o processo de destruição (e não apenas ofuscamento) da esfera pública e da consequente impossibilidade de agir e de pensar. Neste sentido, aproximando-se da imaginação e da dimensão subversiva da estética em Kant sobre o juízo, Arendt questiona a própria eficiência do Nazismo em suas experiências com o humano em campos de concentração que, segundo ela, tiveram certo êxito na organização da solidão no percurso de alienação do humano do mundo e de sua humanidade. Nas palavras de Primo Levi (1988, p. 173), compreendemos melhor esse não pertencimento:

Jazíamos em um mundo de mortos e de fantasmas. O último vestígio de civilização desapareceu ao redor e dentro de nós. A obra do embrutecimento empreendida pelos alemães triunfantes tinha sido levada ao seu termo pelos alemães derrotados. É um homem quem mata, é um homem quem comete ou suporta injustiças; não é um homem que, perdida já toda reserva, compartilha a cama com um cadáver. Quem esperou que seu vizinho acabasse de morrer para

tirar-lhe um pedaço de pão, está mais longe (embora sem culpa) do modelo de homem pensante do que o pigmeu mais primitivo ou o sádico mais atroz.

Levi nos ofereceu um testemunho do Holocausto visto de dentro por alguém que, segundo ele, pelo próprio fato de ter sobrevivido, não foi um daqueles que tocou o mais profundo do abismo, pois esses não voltaram para contar. O seu relato possibilita compreender que o “campo de concentração e de trabalho” não era apenas um local, por mais inumano e inóspito que ainda assim seria, de agrupar pessoas para separá-las da sociedade ou apenas para obrigá-las a trabalhar. Havia uma engenharia de domínio e de testes sobre elas, sobretudo, de testes de sua humanidade. Ou melhor, de sua convivência. Nesse sentido, se o poder, como Arendt destaca, provém da experiência de convívio humano, nesses campos em que a proximidade física entre os indivíduos é ampliada, compreende-se uma racionalidade instrumental voltada à destruição dessas possibilidades de interação, ou melhor, de espontaneidade, seja pela culpa, seja pela dor, seja pela fome, seja pela indiferença, apatia, desilusão, ou outro nome a esse estado de coisas. O campo de concentração não era apenas a experiência do mal, mas a prática do mal no âmbito das necessidades vitais, e a necessidade de continuar a existência após tê-lo praticado. Arendt nos permite pensar na desmundanização como o projeto totalitário de solidão organizada.

2. A desmundanização

O termo desmundanização (*wordlessness*)⁴, nesta investigação, é empregado para caracterizar a perda pelos homens e pelas mulheres do espaço humano e comum para o discurso e para a ação. A “desmundanização” refere-se à restrição do mundo enquanto espaço compartilhado, lugar para os assuntos humanos, lugar da singularidade e da pluralidade.

Na obra *Origens do Totalitarismo* (1951), Arendt procede uma descrição conjuntural e histórica do mundo em certa perspectiva negativa, demonstrando-o como algo a ser mudado e construído, e sobretudo dos perigos da incapacidade para o estabelecimento do mundo enquanto algo permanente. Arendt afirma que a “nossa vida política se baseia na suposição de que podemos produzir igualdade através da organização, porque o homem pode agir sobre o mundo comum e mudá-lo e construí-lo juntamente com os seus iguais, e somente com os iguais” (ARENDR, 2013, p. 410). E, nesse sentido, o

⁴ A compreensão deste termo é extraída do artigo intitulado *Totalitarismo e Desmundanização Liberal*, de Rodrigo Ribeiro Alves Neto (2018).

movimento totalitário é apresentado por Arendt não como a tentativa de tomada do poder, a transformação exterior ou revolucionária da sociedade, mas como a transformação da própria natureza humana. Desmundanização significa, nessa perspectiva, o movimento de não reconhecimento do mundo enquanto artifício, ou ainda, o não pertencimento a ele, de forma que o movimento totalitário força a este estar por fora do mundo, à subordinação à esfera privada e meramente biológica e à diferenciação, pois, a igualdade não é um fato natural, mas uma elaboração histórica entre os homens: “Não nascemos iguais tornamo-nos iguais” (ARENDDT, 2013, p. 410). Assim, continua Arendt (2013, p. 607), “o respeito à dignidade humana implica o reconhecimento de todos os homens ou de todas as nações como entidade, como construtores de mundos e coautores de um mundo-comum”.

Arendt na obra *A condição Humana* (2014) denota uma concepção mais descritiva de sua concepção de mundo enquanto morada comum e estável dos seres humanos, ela o compara didaticamente com uma mesa enquanto espaço-entre [*in-between*]. A elaboração de Arendt sobre o mundo diverge das concepções do mesmo enquanto espaço físico ou geográfico (Planeta Terra, por exemplo) ou ainda, como algo metafísico. O mundo, entendido em sua dimensão política, significa a possibilidade tanto para a diferenciação entre as pessoas como para o estabelecimento de inter-relações, sendo condição para a ação e o discurso. Nesse sentido, Arendt concebe o mundo como um espaço-entre os homens e, entre a relação dos homens entre si e com a natureza. O mundo é, assim, um artifício que possibilita a identificação e a distinção de cada um em relação aos outros e a si mesmo. Nas palavras dela, “conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que o possuem em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor, pois, como todo espaço-entre [*in-between*], o mundo ao mesmo tempo separa e relaciona os homens entre si.” (ARENDDT, 2014, p. 64)

Ao parafrasear Arendt e utilizar a expressão “tempos sombrios para a ação e o discurso na sociedade brasileira”, busca-se depreender da análise dela a “camuflagem da homogeneização social” e da permanência de elementos totalitários no ofuscamento do âmbito público, ou seja, do mundo comum. Na situação atual do Brasil onde diminuem-se os espaços para cada um ser o que é, para manifestar-se aos demais, fazendo imperar uma suposta igualdade com base na trivialidade, na marginalização das manifestações culturais, no isolamento e na organização da solidão, denota-se a ausência desse domínio público. Nessa ausência, sem o espaço-entre [*in-between*], acabamos por cair uns contra os outros. Em tempos sombrios, nas palavras de Arendt (2008, p. 19), “o mundo se tornou tão dúbio que as pessoas deixaram de pedir qualquer coisa à política além de que

mostre a devida consideração pelos seus interesses vitais e liberdade pessoal.” A destruição do mundo comum, implica em “homens tornarem-se inteiramente privados, isto é, privados de ser e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles”. (ARENDT, 2014, p. 70)

O Totalitarismo não é a consequência causal das dicotomias da Modernidade, tampouco a única forma de alienação do mundo na História da sociedade ocidental. A análise de suas origens, por Arendt, nos remete à compreensão de que as condições do passado o tornaram possível enquanto uma resposta ilegítima a problemas da própria época, o que, em outros momentos da História, apresentou configurações diversas, isto é, outras alienações do mundo. Assim, uma condição necessária para o estabelecimento do Totalitarismo é a desmundanização que ampara uma realidade em que qualquer coisa pode acontecer com o humano. Em contrapartida, a mundanização dos seres humanos pode ser compreendida como o antídoto para isso e, assim, o mundo humano e comum não é natural, não ocorre espontaneamente, pois é um artifício humano.

O terror e a propaganda⁵ consomem a alienação do mundo, tencionando para a desmundanização. Neste sentido, a presente digressão entre os escritos de Arendt e a hodierna sociedade brasileira torna-se possível pela atualidade da análise sobre a solidão organizada e como essa ameaça – enquanto alienação - devasta o mundo que conhecemos e que possibilita a ação e o discurso em uma realidade ainda não totalitária, mas com tendências: paradoxalmente, enquanto artifício humano, um “mundo que se torna inumano” (ARENDT, 2008, p. 18). O que não faria sentido algum, – isto é, a existência de uma realidade repressiva das potencialidades humanas – tornou-se vigente e ameaça expulsar o humano do mundo e transformar o Planeta Terra em um espaço geográfico impróprio para os humanos.

3. Sobre a solidão organizada

Em *Origens do Totalitarismo*, sobre os campos de concentração, Arendt afirma que “mais do que o arame farpado, é a irrealidade dos detentos que ele confina, que provoca uma crueldade tão incrível que termina levando à aceitação do extermínio como solução perfeitamente normal” (ARENDT, 2013, p. 496).

⁵ A questão que envolve a propaganda totalitária é importante para Arendt, de forma que em *Origens do Totalitarismo* encontramos uma parte intitulada *A propaganda Totalitária*. Em *Entre o Passado e o Futuro*, ela trata da relação entre verdade e política. E ainda, em *A Crise na República*, há o artigo intitulado *De A mentira na Política*.

A partir desta “imagem”, a qual contrasta o arame enquanto limite: por um lado, a prisão externa. Por outro, o interno, onde experienciavam a tentativa de subtrair a natureza humana delas. Isso demonstra a diferença e as similitudes entre o isolamento que é causado pela atomização e a superfluidez que caracteriza a vida em uma sociedade massificada, em relação com a solidão organizada a partir dessas características no intuito de tal “domínio total”.

Se, por um lado, a atomização e a superfluidez são características do projeto moderno de sociedade e de suas contradições, por outro lado, a desmundanização é um processo de organização dessas contradições como mobilização para as massas, pois “sua indiferença em relação aos negócios públicos e a neutralidade em questões de política não são, por si, causas suficientes para o surgimento de movimentos totalitários”, explica Arendt (2013, p. 441). Para tornar-se possível, o Totalitarismo, o movimento com base na aliança entre a ralé e a elite, parte do isolamento dos indivíduos e da manipulação e/ou organização da solidão de seus componentes: “O que prepara os homens para o domínio totalitário no mundo não totalitário é o fato de que a solidão, que já foi uma experiência fronteira, sofrida geralmente em certas condições sociais marginais como a velhice, passou a ser, em nosso século, a experiência diária de massas cada vez maiores”, escreveu ela (ARENDR, 2013, p. 638).

Arendt insiste na diferenciação entre o isolamento e a solidão. Nesse sentido, entre a apatia do individualismo burguês e a perda de sua personalidade – a destruição das próprias capacidades humanas. Se o isolamento pode ser entendido como uma situação que impossibilita a ação, não significa que a possibilidade de agir inexistia ou que tenha sido destruída: ela somente foi frustrada enquanto capacidade, pois está bloqueada. Assim, afirma Arendt (2013, p. 634) que “enquanto o isolamento se refere apenas ao terreno político da vida, a solidão se refere à vida humana como um todo”. Assim, a solidão organizada torna os homens em seres “não pertencentes” ao mundo. E isso se refere não ao mundo enquanto físico, mas ao espaço-entre dos assuntos humanos e comuns. “Extraír as raízes” de um ser humano para torná-lo supérfluo ocorre porque “não ter raízes significa não ter no mundo um lugar reconhecido e garantido pelos outros; ser supérfluo significa não pertencer ao mundo de forma alguma” (ARENDR, 2013, p. 634).

Arendt, na obra *Homens em Tempos Sombrios*, destaca, em várias passagens, um caráter de repulsa ou de recusa frente à solidão, destacando a dimensão da *humanitas*. Dessas passagens, é possível delinear na concepção de Arendt sobre a solidão, ou seja, não como um estar sozinho enquanto não acesso a outras pessoas, ou mesmo ao que elas momentaneamente falam ou demandam. A solidão é um isolamento da capacidade de pensar e de agir.

Ademais, importa destacar que é este o isolamento que os movimentos totalitários pretendem tornar o humano desnecessário, e uma vez que seja consumada a organização dessa solidão, para que seja impossível a *humanitas*. O isolamento refere-se às questões do indivíduo e do que ele oferece em público. A solidão, por sua vez, refere-se à pessoa. Dessa forma, não se trata de uma mera subjetividade, mas da personalidade que resulta no abandono do âmbito público. Ao referir-se à Jaspers, Arendt (2008, p. 82) destaca que “é precisamente o que Kant, e depois Jaspers, entende por *Humanität*, a personalidade válida que, uma vez adquirida, nunca abandona um homem, ainda que todos os outros dons do corpo e da mente possam sucumbir à destrutividade do tempo”.

A solidão não significa não ter acesso a outras pessoas ou ao que eles dizem ou defendem, e nem mesmo à apatia frente ao que acontece, como por exemplo uma pessoa que, ao vivenciar uma catástrofe, fica sem ação, paralisada, embora pudesse e mesmo pretendesse evitá-la. A solidão, então, refere-se a um não pertencimento ao mundo comum e humano ou, ainda, a uma indiferença frente ao outro e por isso consigo mesma. É a transformação do isolamento em solidão que mobiliza as massas para a adesão a soluções não humanas e comuns, como exemplificam os extremismos, para além das tiranias, ditaduras e despotismos, tornando possível o Totalitarismo não enquanto uso da humanidade, mas enquanto sua destruição. Nas palavras de Arendt (2013, p. 639):

Não obstante, a solidão organizada é consideravelmente mais perigosa que a impotência organizada de todos os que são dominados pela vontade tirânica de um só homem. É o seu perigo que ameaça devastar o mundo que conhecemos – um mundo que, em toda parte, parece ter chegado ao fim – antes que um novo começo, surgindo deste fim, tenha tido tempo de firmar-se.

A autora enfatiza, no movimento totalitário, a ideologia que mina a ação e o discurso pela desmundanização enquanto solidão organizada pelo terror e pela propaganda. Essa elaboração teórica contribui para a compreensão da situação política contemporânea. Entretanto, ela necessita de contextualização, pois se o terror permanece com características e limitações, a propaganda, em nossa sociedade, implica na análise dos novos mecanismos utilizados e ainda disponíveis para a mentira na política, para o *lanfare* no séc. XXI, para as *Fake News*, para a organização das massas a partir da ideologia que ocorrendo na sociedade. Nesse sentido, Arendt destaca que a propaganda totalitária não se destina a convencer as pessoas de algo, mas a organizá-las, ou seja, para impossibilitar a igualdade jurídica, artifício humano imprescindível, tornando

assim permitido uma coexistência em “que umas caiam sobre as outras” pela sua natural diferenciação social ou econômica, por exemplo:

O verdadeiro objetivo da propaganda totalitária não é a persuasão, mas a organização – o acúmulo da força sem a posse dos meios de violência –. Para esse fim, a originalidade do conteúdo ideológico só pode ser considerada como dificuldade desnecessária. Não foi por acaso que os dois movimentos totalitários do nosso tempo, tão assustadoramente “novos” em seus métodos de domínio e engenhosos em suas formas de organização, nunca prepararam uma doutrina nova, nunca inventaram uma ideologia que já não fosse popular. (ARENDR, 2013, p. 496)

Nessa perspectiva, engana-se quem acredita que os recentes movimentos de extrema direita no Brasil tenham criado novas teorias, ou que o presidente dos Estados Unidos (em 2019) esteja inventando um ódio aos imigrantes. O que esses movimentos e seus apoiadores têm conseguido, articuladamente, é canalizar as correntes subterrâneas da sociedade, isto é, as concepções aparentemente superadas pelo mundo comum e humano, fazendo-as ressurgir, não somente para o âmbito público, mas contra a existência deste. Em tempos de tecnologia digital, o terror e a propaganda granjeiam novo alcance. Assim, torna-se questionável o quanto estes “novos instrumentos” podem ampliar aquela tendência de domínio, como por exemplo, na ainda difícil identificação de veracidade e/ou da manipulação de imagens e vídeos amplamente divulgados em campanhas eleitorais e/ou, em campanhas de desinformação como as antivacina, dentre outras.

Arendt não vivenciou, e por isso também não analisou as novas tecnologias de informação e de comunicação, como os aplicativos de mensagens ou as redes sociais por meio da Internet. Ela, porém, vislumbrou tendências e possibilidades. As tecnologias permitem a interação para além do isolamento físico, e aquém do contato frente a frente. Se por um lado ampliam as possibilidades de diálogo, por outro, geram “bolhas” de pensamento e de opinião, de forma que são organizadas a partir de algoritmos que podem bloquear ideias diversas, plurais e/ou contraditórias. E ainda, há a existência de robôs multiplicadores de notícias falsas direcionadas a pessoas previamente catalogadas, isto é, as demandas e/ou preferências delas são conhecidas e podem ser controladas, criando uma ilusão de mundo compartilhado, a partir do qual é possível fundamentar escolhas determinadas, com ampla sensação de liberdade. Nesse sentido, aquele “controle total” que somente foi possível no passado em algumas experiências de campos de concentração, pode se tornar uma realidade

do tempo presente. Pode-se, assim, questionar sobre o uso e o alcance desses mecanismos de comunicação de massa, em outros termos, cabendo perguntar se eles não podem significar uma espécie de “campos de concentração globalizados”. E assim, tornar possível o antes impossível: a eliminação da espontaneidade humana, não apenas a restrição desta.

Analogamente, podemos afirmar que essas novas tecnologias ampliam o terror e a propaganda já instrumentalizados, na análise de Arendt, para a mobilização das massas pelos Movimentos Totalitários do século XX, tendendo para a impossibilidade do discurso e da ação, em uma sociedade que transforma a ação em comportamento e o discurso em propaganda – em organização, não em persuasão. A manipulação e/ou organização, neste âmbito, significa o que Arendt denominou de “solidão organizada”: a manutenção de homens e de mulheres em um estado de alienação do mundo. Em outras palavras, de desmundanização e/ou de despolitização, de trabalho transformado em ocupação, de ócio em entretenimento, da cultura em mero filisteísmo.

4. Perspectivas para uma digressão

Arendt não analisou a formação da sociedade brasileira. Tampouco teve tempo para estudar sobre a trajetória de nossa república, se tivemos ou não movimentos e regimes totalitários em nossa trajetória histórica. A análise dela restringiu-se a investigar “as origens do totalitarismo”, o Nazista (1933-1945), em especial, como fenômeno crescente no continente europeu em uma dimensão de propagação mundial pela tentativa totalitária de conquista global. Na obra *Origens do Totalitarismo*, ele procedeu a uma análise e demonstrou que o totalitarismo é possível em um mundo não totalitário, pois foi antecedido pelo antisemitismo e pelo imperialismo, e enquanto “domínio total” do mundo humano e comum, ele difere do despotismo, da tirania e da ditadura. Neste sentido, as perspectivas para compreender os “tempos sombrios” para ação e o discurso na sociedade brasileira depreende-se da possibilidade de analogias e da tentativa de compreender o passado em suas permanências no presente, respeitadas suas discrepâncias, em um *continuum* histórico.

O Brasil, país resultante de um longo processo colonial e marcado tanto pelo genocídio dos povos originários como pela escravidão do povo africano, possui em sua recente trajetória de república, mais a continuidade e a manutenção de interesses de grupos “elitizados” no monopólio do território, dos meios de produção e de comunicação, do que propriamente rupturas históricas ou de transformações estruturais. A colonialidade do saber, do ser e

do poder permanece pouco alterada mesmo com a redemocratização e a promulgação de uma Constituição (1988) que aponta para a dimensão da cidadania e da participação. Nesse sentido, o reconhecimento das diversas tradições populares, do acesso de grande parte da população a serviços públicos como saúde e educação de qualidade, permanece como questão premente e passível de retrocessos. Nesse contexto, como algo não exclusivamente brasileiro, mas continental e de certa forma global, há o retorno de dimensões não políticas como a fraternidade, o amor ao povo ou às coisas do coração, em detrimento do exercício da liberdade na vida política.

Analogamente, a sociedade brasileira vivencia, neste início de século XXI, um semelhante movimento de desmundanização, de “despolitização”, em uma realidade ainda não totalitária e que, dessa forma, não é o resultado do estabelecimento de um regime totalitário, sendo, entretanto, condição para a sua existência. A solidão e o isolamento são características da sociedade de massas e do projeto moderno de sociedade, com superfluidade e atomização, mas ainda estão no âmbito das dicotomias entre o progresso das forças materiais de produção e o desenvolvimento humano, que caracterizam a modernização e seu colapso. Os movimentos totalitários, por sua vez, respondem ilegitimamente a esses problemas de nossa época com a perspectiva de aplainamento da pluralidade e da diversidade ainda existentes, vislumbrando nestas não as possibilidades de superação das promessas não realizadas pela modernidade, mas como as responsáveis pela sua ruína. A espontaneidade tornou-se, para eles, um problema.

Nesse ponto, encontramos um possível paralelo com os tempos sombrios, porém, na sociedade brasileira: não apenas como consequência de eventos do passado, mas principalmente como sua permanência. Se a História contada nas escolas é “o ponto de vista do vencedor”, então os movimentos totalitários venceram, pois em nossa literatura educacional nada ensinamos às novas gerações sobre essa realidade. Por exemplo, na concepção sobre os governos de Getúlio Vargas (1930-1945 e 1950-1954), ou mesmo com relação às diversas barbáries do passado e do presente, infringidas aos pobres e aos negros nas periferias, ou contra os movimentos camponeses e de pequenos agricultores, ou contra os povos originários.

As discussões sobre o Regime Civil Militar instaurado em 1964, e as atrocidades cometidas contra o mundo humano, por sua vez, foi limitada pela permanência de torturadores no cenário público, pela não punição dos responsáveis, e ainda, pela criminalização social daqueles homens e mulheres que resistiram ao regime de exceção (1964-1985), fazendo ecoar o discurso e a ação para além do ofuscamento do domínio público. Os efeitos da presença bélica – homens pelas ruas

com uniforme militar, carros de combate atravancados nos prédios públicos - foi substituído ou ampliado pela manipulação psicológica da sociedade. Na contemporaneidade, o maio de 1964 faz-se presente. De modo alarmante, emergem vozes subterrâneas de apoio e da justificação dele, ancorado em uma interpretação superficial dos acontecimentos, seja pela indiferença frente ao sofrimento do outro, seja pela incapacidade de pensar no lugar de outra pessoa ou grupo.

O projeto dos movimentos totalitários é o de um domínio total do humano, de uma desmundanização que, segundo Arendt, apenas deixou de ser uma ilusão em raríssimos momentos, como no exemplo dos campos de concentração do Regime Nazista. Poderíamos relacionar essas experiências dos campos de concentração no Brasil com os manicômios, podendo esses representar esse processo de alienação do mundo, como exemplifica o caso de Barbacena descrito na obra *Holocausto Brasileiro* (ARBEX, 2015). Ou ainda, o sistema carcerário, no qual multidões convivem em situações desumanas sobre o domínio de facções ou milícias, e sem o amparo ou resguardo do Estado. Muitas dessas pessoas estão sem acesso à defesa ou mesmo a um julgamento, quicá a um julgamento justo e com as garantias de sua ampla defesa e do contraditório. Esse segundo caso assemelha-se mais ao aspecto da restrição da espontaneidade que caracteriza mais o despotismo de Estado do que propriamente o Totalitarismo como descrito por Arendt. Entretanto, se uma sociedade tolera que os seus “loucos” ou os “criminosos” sejam tratados como “não humanos”, parece bastar que um movimento redefina quem são esses “bodes expiatórios” pelo terror e pela propaganda, para que alguns desejem e justifiquem tais atrocidades. Isso pode ser depreendido dos atuais discursos dos “cidadãos de bem” e de “direitos para humanos direitos”, etc.

A ação e o discurso são ainda possíveis em nossa sociedade. Entretanto, pouco a pouco estão sendo obstaculizados pelo terror e pela propaganda enquanto instrumentos de organização da solidão. E isso pode ser percebido na atuação dos meios de comunicação. Nas publicações da mídia de massa do país, que são dominadas por poucas famílias e pelo compromisso delas com o capital internacional, defrontamo-nos com a banalidade da notícia e a notícia da banalidade. Páginas inteiras dos principais jornais e revistas discutem as relações pessoais entre o presidente da república e seus filhos, ou ainda, suas opções ou opiniões sobre a sexualidade ou sobre os valores religiosos, enquanto o jogo político é ofuscado pelas trivialidades do cotidiano apolítico. A internet, que possibilitaria uma maior diversidade de opinião em blogs e jornais independentes (mas que de independentes possuem muito pouco), perde a credibilidade de informar em meio a maquinaria de notícias falsas. Os antagonismos forjados para o entretenimento das massas impossibilitam a compreensão dos acontecimentos, como a falsa questão sobre o Nazismo ser de direita ou de esquerda, ou mesmo entre democracia e ditadura,

mascaram que, em certas circunstâncias, são sinônimas. A democracia liberal representativa não deixa de ser uma ditadura da maioria.

A paralisia, ou ainda, a identificação de grande parte da sociedade brasileira com o Anti-intelectualismo, contra a educação e o próprio desenvolvimento científico do país, sua indiferença com relação à destruição da Amazônia e a não garantia da coexistência com os povos originários, alertam para a existência das condições e das possibilidades para a ocorrência de um “totalitarismo à brasileira”. A análise de Arendt sobre o Totalitarismo, enquanto desmundanização por meio da solidão organizada, possibilita, perspectivamente, situar que os “tempos sombrios” na sociedade brasileira, que outrora significou a ascensão ao governo de certos grupos, pode não visar a somente assumir a máquina estatal como a tantos preocupa, mas sobretudo, à destruição do próprio Estado em sua concepção moderna.

Nessa perspectiva, para Arendt a “elite da classe alta” e do “mundo dos negócios” apoia a ascensão de tal movimento por confiar tratar-se apenas de um autocrata, e de beneficiar-se da situação a partir de assunção dele ao poder, não percebendo que tal ódio popular contra o Estado tende não à destruição dele, mas à desorganização dele e a pauperização da maioria da população. Com um não-Estado, há perdas. Para além desse ofuscamento, e que possamos algo aprender com os demais países da América Latina (neste momento histórico de 2019, sobretudo com o Chile), é premente que a resistência frente a tal domínio do humano englobe a defesa do Estado (isto é, do mundo enquanto comum e humano) como horizonte. Todavia, os partidos políticos e os movimentos sociais, no Brasil, ainda não conseguiram assimilar que há conquistas e garantias impreteríveis, estando mais ocupados com dicotomias marginais, como quem será o candidato nas próximas eleições, ou ainda, qual sigla partidária terá o privilégio de compor a majoritária. Pois, “iluminar” os tempos sombrios da sociedade brasileira não é uma questão de quem está no governo, nem para quem se governa, mas de compreender como, por meio do voto popular, tais propostas foram avalizadas. E mais, como que demandas dessas minorias foram ancoradas pelo desprezo da maioria com as instituições políticas de forma que, para destruí-las, a democracia tornou-se útil. A desmundanização não é uma consequência, é um projeto de solidão organizada.

Considerações finais

A perspectiva de Arendt sobre a liberdade não como um atributo individual em meio a uma sociedade de não liberdade, mas como exercício na vida política que necessita do poder da convivência e da manifestação pública, contribui para repensarmos nossas instituições sociais e papel delas na igualdade

formal. Nesse sentido, a “luta por libertação” não é por uma liberdade individual, mas da elaboração de condições para a existência da convivência em um mundo comum e humano, que torne possível a manifestação e a singularização na vida público-política, condição para as outras, do lar, do trabalho, do lazer, por exemplo.

A concepção de desmundanização, a partir da elaboração de Arendt e das considerações dela sobre o mundo humano e comum, possibilita refletir sobre a sociedade brasileira. Mais especificamente, sobre o ofuscamento do âmbito público que caracteriza a ascensão de discurso antidemocrático por vias da própria democracia liberal representativa. Se o “domínio total” e ou a “completa destruição da natureza humana” foi um ensejo dos dois movimentos totalitários do século passado (Nazista e Stalinista), realidade somente possível sob condições dos campos de concentração e das experiências de desmundanização, resta a indagação de como esses eventos poderiam se repetir utilizando as novas tecnologias disponíveis em nosso século, sobrevestes pelas redes sociais e grupos da internet.

Se não podemos negar que a sociedade brasileira vivencia um ofuscamento do âmbito das questões públicas; uma desconfiança justificada da população em suas instituições; as dicotomias da democracia em uma sociedade massificada, também não se pode menosprezar a crítica e a oposição. Estas exemplificam, mesmo que fragilmente, a existência de espaços para o discurso e para a ação. A perspectiva da desmundanização, a partir dos escritos de Arendt, possibilita comparações com a sociedade brasileira, sem desconsiderar, contudo, as particularidades, bem como o contexto histórico do Brasil, e os novos meios de comunicação de massa enquanto novas formas de restrição das capacidades humanas. Arendt, ao tratar da solidão organizada, critica a democracia liberal representativa e expõe o isolamento e a atomização que caracterizam o modelo moderno de sociedade, frente ao quais, não como consequência, mas como uma resposta ilegítima, surgiram os dois movimentos totalitários do século passado.

Frente às contribuições de Arendt e da possibilidade de tais reflexões, compete a trabalhos futuros indagar sobre a atuação dos meios de comunicação de massa no Brasil, e questionar sobre a propaganda, sobre a questão da mentira na política, dentre outras temáticas possíveis. E ainda, de como após o fracasso esperado do presente movimento com tendências totalitárias, porque “mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação (ARENDR, 2008, p. 9), reconquistar a confiança da sociedade em suas instituições, no Estado e, sobretudo, nas pessoas enquanto singulares e plurais, capazes de elaborar artificios que aperfeiçoem a vida em conjunto, com dignidade e humanidade.

Referências

- ALVES NETO, R. “Totalitarismo e Desmundanização Liberal”. In: *Pensando – Revista de Filosofia*, v. 9, n. 17, 2018.
- ARBEX, D. *Holocausto Brasileiro*. São Paulo: Geração Editorial, 2015.
- ARENDT, H. *Homens em Tempos Sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- _____. *Origens do Totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- _____. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- BRECHT, B. “An die nachgeborenen”. In: PROOST, K.; WINKLER, E. (Hrsg.). *Von intentionalität zur bedeutung konventionalisierter zeichen: festschrift für Gisela Harras zum 65° geburtstag*. Tübingen, GE: Gunter Narr Verlag, 2006. s. 258-260. (‘Studien zur Deutschen Sprache’ - Forschungen des Instituts für Deutsche Sprache)
- LEVI, P. *É isto um homem?* Tradução de Luigi Del Re. Rio de Janeiro: ROCCO, 1988.
- SCHIO, S. M. *Hannah Arendt: História e Liberdade – da ação à reflexão*. Caxias do Sul: EDUCS, 2006.

Email: giovanerj@hotmail.com

Email: j.conte@ufsc.br

Recebido: 03/2024

Aprovado: 03/2024